

AS MUNDANÇAS OCORRIDAS NA CONFIGURAÇÃO SÓCIO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA : A IMPLANTAÇÃO DO PORTO DO AÇU

Irenice Aparecida Deodato
Valdir Júnio dos Santos
Gisele Aquino Gomide Tramont

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o impacto da implantação do Complexo Portuário do Açú (município de São João da Barra / Norte Fluminense – RJ) nos indicadores sociais e no mercado de trabalho formal. A dinamização esperada foi amplamente defendida pela classe política regional por considerar que a construção do porto traria prosperidade e dinamismo econômico para a região, principalmente na geração de postos de emprego, rompendo com dinamização local associada principalmente a agropecuária, o setor de serviços e o recebimento de royalties do petróleo. A metodologia utilizada fez uso de fontes secundárias dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

Palavras-Chave: mercado de trabalho, São João da Barra, Complexo Portuário do Açú.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the impact of the implementation of the Açú Port Complex (São João da Barra / Norte Fluminense municipality) in social indicators and in the formal labor market. The expected dynamism was widely defended by the regional political class because it considered that the construction of the port would bring prosperity and economic dynamism to the region, mainly in the generation of job posts, breaking with local dynamism associated mainly agriculture and livestock, service sector and the reception of oil royalties. The methodology used made use of secondary sources of data from the General Register of Employed and Unemployed Persons (CAGED), the Annual Report on Social Information (RAIS), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the State Court of Rio of January (TCE-RJ).

Keywords: labor market, São João da Barra, Açú Port Complex.



INTRODUÇÃO

No final da década de 1990, com a quebra do monopólio estatal sobre a exploração de petróleo e gás, o território brasileiro passou a ter uma nova configuração no que diz respeito às compensações financeiras devidas nas três esferas de Governo. A Lei do Petróleo, Lei n. 9478, editada em 1997, aumentou, após esse ano, a alíquota pelo pagamento de royalties e criou as participações especiais, onde as receitas provenientes dessas rendas passaram a crescer de forma mais volumosas.

Nesse contexto, a Região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, que apresenta em sua composição quase a totalidade dos seus nove municípios como produtores, passou a receber volumes crescentes e significativos de recursos financeiros provenientes das rendas da indústria petrolífera. Os orçamentos desse conjunto de municípios apresentam somas volumosas e “invejáveis”, tornando os municípios altamente dependentes desses valores. Essa dependência demonstra a incapacidade desses municípios de aplicar esses recursos para a promoção da justiça intergeracional, conforme defende Serra (2005).

Nesse cenário, encontra-se São João da Barra que é um município marcado por dois movimentos que dinamizam seus projetos de desenvolvimento. O primeiro fortemente articulado a descoberta do petróleo na Bacia de Campos no final dos anos 1970, com possibilidades reais de dinamismos com o recebimento de royalties e participações especiais. O segundo já em meado dos anos 2000 com o projeto de implantação do Complexo Portuário do Açú.

Diante desse quadro o objetivo desse artigo é fazer uma análise do comportamento dos indicadores sociais frente aos “soluços de desenvolvimento”, analisando também o comportamento do mercado de trabalho com a instalação do Complexo Portuário do Açú.

A metodologia utilizada na elaboração deste artigo é baseada em pesquisa bibliográfica, levantamento de dados em fontes secundárias e análise. Como referenciais bibliográficos foram utilizados artigos e dissertações que tratam sobre a história e as características do Norte Fluminense e de São João da Barra, o comportamento do mercado de trabalho frente a implantação do Complexo Portuário do Açú.

Como fontes secundárias foram utilizados dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Instituto



Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

O recorte temporal utilizado foi entre o período de 2002 a 2016, ou seja, a análise começa cinco anos antes do início das obras do Complexo Portuário do Açú e segue por 10 anos após seu início onde, de acordo com a opinião dos autores deste artigo, é possível verificar os reflexos nos indicadores sociais e econômicos de São João da Barra, pois o porto já se encontra em funcionamento, embora não esteja utilizando sua capacidade total. Em alguns casos, fez-se necessária a análise de dados a partir dos anos 1990.

FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Os primórdios fundacionais do município de São João da Barra estruturam-se em um povoado que pertencia à capitania de São Tomé tendo como donatário Pero de Góis da Silveira que povoou a região edificando a Vila da Rainha, porém foi abandonada após sofrer inúmeros ataques dos índios goitacás. A história conta que no ano de 1622 um grupo de pescadores deixou Cabo Frio e criou uma pequena aldeia onde hoje se encontra erguida a igreja de Nossa Senhora da Penha em Atafona. Oito anos depois os pescadores se deslocaram e fundaram o povoado de São João Batista da Paraíba do Sul onde hoje está localizada a igreja matriz de São João Batista na sede do município. Em 1677 o povoado tornou-se a vila de São João da Praia. (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016 e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2017)

No século XVIII o transporte fluvial ganhou força devido ao movimento expressivo de seu porto que escoava a produção da região para o mercado nacional, principalmente a produção açucareira para Salvador, Bahia. No século XIX o porto de São João da Barra crescia em importância, dinamizando essa pequena Vila tanto nos ramos do comércio (que se intensificou), na dinâmica populacional, na maior circulação de capital e no seu desenvolvimento urbanístico. Esse desenvolvimento fez com que o imperador Dom Pedro II elevasse a vila à categoria de cidade em 17 de junho de 1850 com o nome de São João da Barra. (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016 e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2017)

Já no século XX a Companhia de Navegação da cidade foi vendida devido à forte concorrência por parte de outros portos que possuíam capacidade muito maior e devido ao



assoreamento da foz do rio Paraíba do Sul que se intensificou. São João da Barra só não entrou em colapso total devido à agroindústria sucroalcooleira e ao surgimento da Indústria de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho. (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016 e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, 2017)

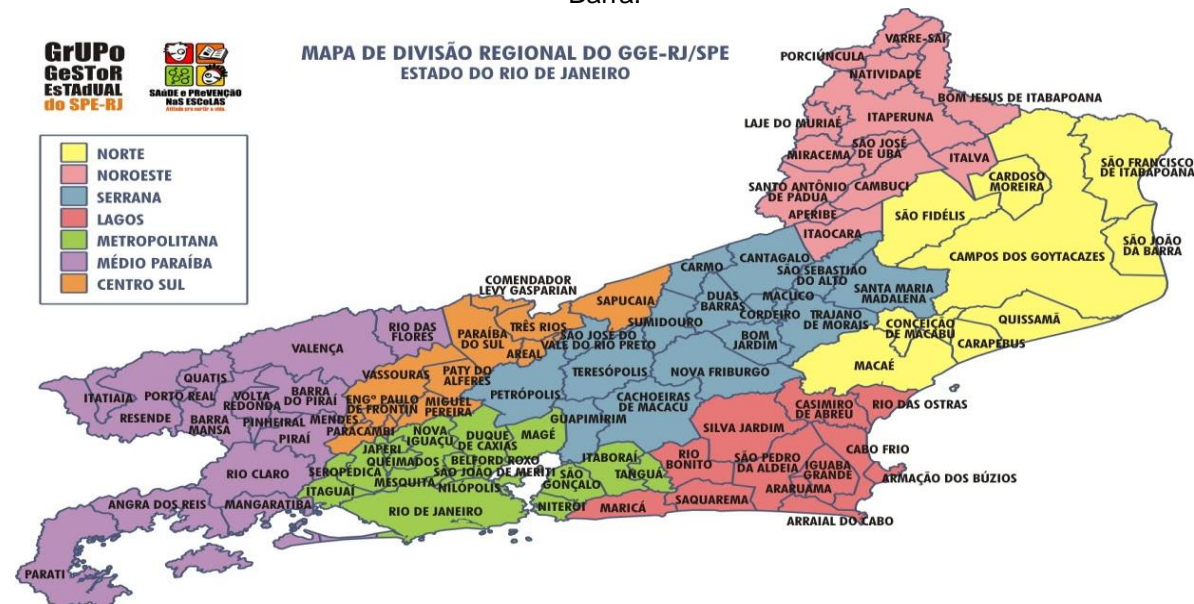
No final dos anos 1970 a cidade volta a se desenvolver graças à descoberta de Petróleo na Bacia de Campos. São João da Barra por ser município limítrofe com os campos produtores de petróleo passa a receber royalties, tornando-se definitivamente produtor a partir dos anos 2000. (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2016)

O potencial indenitário do município de São João da Barra articula-se em torno da dinâmica de veraneio e da fabricação do Conhaque de Alcatrão. Ao longo dos anos São João da Barra esteve à sombra de Campos dos Goytacazes que é considerado um município polarizador de toda a região norte fluminense. A partir dos anos 2000 quando a ideia do Complexo Portuário do Açú começa a se tornar realidade não só para São João da Barra, mas também para os demais municípios da região, passou-se a ter a perspectiva que o porto iria transformar o município e a região e iria contribuir na estrutura da indústria do petróleo.

São João da Barra pertence à mesorregião do Norte Fluminense que é composta também pelos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana, este último emancipado de São João da Barra em 1995. Os dados mais atualizados informam que o município de São João da Barra possui área territorial de 455.044km², correspondendo a 4,7% da área total da região Norte Fluminense de acordo com dados de 2015. Possui população de aproximadamente 32.747 habitantes conforme o censo de 2010, cuja densidade demográfica era de 71,96 habitantes por quilômetro quadrado. Para 2016 a estimativa era de 34.884 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016)

Segundo Rangel (2012, p. 49), São João da Barra é um município com uma vasta área rural com uma grande atividade agropecuária. Possui 36 km de praias e, ao longo dos anos, se tornou um balneário bastante frequentado no período de verão. Possui sete aglomerados urbanos, totalizando uma área de 15,19 km².

Figura 1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro com localização do Município de São João da Barra.



A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO : A INSERÇÃO DE SÃO JOÃO DA BARRA NO NORTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Até meados dos anos 1970 a dinâmica econômica, social e política do Norte Fluminense era monopolizada pelas elites da agroindústria sucroalcooleira e da agropecuária, liderados por um grupo da elite açucareira. Durante esse período buscou-se a modernização dos processos e o desenvolvimento da região, mas segundo Cruz (2004), de forma limitada, contraditória e confusa, o que culminou na derrocada da região, pois como não seguiu as tendências da cadeia produtiva e continuou focando apenas na produção de açúcar cristal, perdeu terreno no mercado regional e nacional o que também gerou alto índice de desemprego, tornando o mercado de trabalho da região precário e dominado pelo trabalho informal e por subempregos, aumentando o nível de pobreza e exclusão social.

Serra (2007) observa que a conquista pelos Estados e Municípios em receber royalties das atividades *offshore* ligava-se a uma conjuntura política, pré-Constituição de 1988, em que a redemocratização e a descentralização fiscal seriam talvez as palavras de ordem no cenário nacional.

Além da perspectiva do aumento de postos de trabalho e de investimentos na região, segundo Cruz (2004, p. 92):

Com a Constituição de 88 e o novo pacto federativo, os municípios ganham centralidade na intermediação de recursos e na execução de políticas públicas. Há um aumento significativo no repasse dos recursos às



administrações locais (...). No norte fluminense, a esses recursos somam-se os *royalties* que começam a ser repassados às prefeituras no início de 1987.

Embora São João da Barra não fosse considerado no início um município produtor de petróleo (somente a partir dos anos 2000), este também passou a receber royalties e participações especiais e viu nesse segmento possibilidades de desenvolvimento, sendo seu ápice entre os anos de 2010 e 2014 onde essas cifras ultrapassaram os R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e de acordo com Rangel (2012, p. 58,59):

A economia do município de São João da Barra somente não entrou em depressão graças às rendas oriundas dos royalties de petróleo, que cresceram abruptamente a partir do ano de 2008 (...). As rendas oriundas dos royalties de petróleo permitiram que a prefeitura do município pudesse efetuar despesas que absorveram grande parte dos desempregados, atuando ainda com incentivos sociais.

Porém, antes desse *boom* dos royalties, de acordo com Oliveira, Henrique e Givisiez (2010, p. 76) São João da Barra, ainda no início dos anos 1990 tinha sua dinâmica de emprego formal alicerçada nas atividades rurais, indústria de produtos alimentícios e de bebidas e álcool etílico. A partir de meados da década de 2000 com a perspectiva do início da construção do Complexo Portuário do Açú abrem-se novas possibilidades para a região, inclusive da geração de empregos formais e com o início das obras em 2007, começaram a aparecer os primeiros reflexos nos setores de construção civil e no de serviços de alojamento e alimentação.

O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DO AÇÚ

O conceito de desenvolvimento não é único e tampouco se esgota na ideia de desenvolvimento econômico, visto que muitas vezes este parece ser sumarizado na conjugação genérica de crescimento econômico alinhado aos debates do Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB) ou renda per capita. Desse modo, o debate nessa seara fica restrito apenas ao aspecto quantitativo, sendo muito incompleto tomar o desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento (SOUZA, 1997, p. 14). Quando se pensa no bem-estar dos indivíduos, não resta dúvida de que existem muitas dimensões a serem solucionadas do que somente a questão monetária (SEN, 1999).



Dessa forma, é importante destacar que o desenvolvimento não deve ser idealizado como um elemento isolado e articulado a uma determinada sociedade em um dado momento histórico. Portanto, esse padrão de desenvolvimento, em que o crescimento econômico das nações está intimamente ligado aos interesses, à política e às potencialidades econômicas das nações dominantes, surgiu em função da expansão do capitalismo comercial e financeiro advindo da hegemonia inglesa com o advento da Revolução Industrial (FERNANDES, 2008).

Nesse contexto Pessanha et al (2014, p. 158), diz que o Brasil, após a estabilização da moeda nos anos 1990, passou a vislumbrar não apenas o crescimento econômico absoluto, mas também a possibilidade de um desenvolvimento regional desconcentrado e o Estado começou a distribuir o eixo de investimento para regiões até então não contempladas e relegadas pelo mercado e pelos governos centrais e ainda de acordo com os autores, a implantação do Complexo Portuário do Açú se deu em um momento favorável da cíclica economia brasileira.

No final do primeiro semestre de 1999 começaram os estudos técnicos de engenharia visando verificar a viabilidade da construção de um terminal oceânico em São João da Barra. Em 1º de setembro de 2000 foram divulgados os primeiros resultados sobre a viabilidade do projeto e conforme Pessanha et al (2014, p. 165) “foi divulgado que se tratava de um projeto com custo estimado em US\$ 100 milhões, valor que seria rateado entre: governo estadual com até 33% de investimento, Petrobras que teria participação minoritária e empresas privadas, que construiriam pelo menos 51% do porto”.

De acordo com Pessanha et al (2014, p. 167), a Petrobras e algumas empresas privadas que estavam envolvidas nesse empreendimento desistiram do investimento e em 2004 a então governadora do estado do Rio de Janeiro Rosinha Garotinho junto com o ex-governador do estado Anthony Garotinho que era membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (DCES) autorizaram repassar para o empresário Eike Batista o projeto do Porto do Açú e “em 2005 é fundada a MMX, empresa de mineração da EBX, que vai realizar em 2006 a primeira oferta pública de ações na BM&F Bovespa, momento em que consegue captar seus primeiros US\$ 500 milhões”(2014, p. 169) e em julho de 2007 são iniciadas as obras do Porto do Açú.

Apesar de todo o investimento no Porto do Açú, este sofreu um revés devido à crise instalada no país e segundo Cruz (2016, p. 33):



[...] a queda acentuada dos investimentos previstos para o NF, no período de 2014-2016 decorre da quebra do grupo EBX, responsável pelos investimentos no Porto do Açú em São João da Barra em 2013. Após um período de indefinições, retomou-se o projeto sob o comando do fundo de investimentos americano EIG, representado pela empresa Prumo S.A., com algumas empresas já operando e diversos investimentos sendo confirmados no início de 2014.

Conforme dados retirados do site da Prumo S.A., o Complexo Portuário do Açú já figura como o sétimo terminal privado em movimentação de cargas no país e no ano de 2016 recebeu um total de 996 embarcações e esta empresa direta ou indiretamente mais de 1.200 pessoas da região e o Complexo Portuário do Açú, no total, atualmente emprega cerca de 4 mil pessoas (PRUMO LOGÍSTICA, 2017)

Porém, é preciso observar que empregos são esses gerados pelo porto e que benefícios esse empreendimento está trazendo para o município, pois de acordo com Freitas e Oliveira (2010, p.6), “no contexto socioeconômico, a geração de emprego e aumento da população proporcionada pelo empreendimento, são impactos positivos mais observados durante a fase de execução dos serviços de construção do empreendimento, onde são realizadas obras civis e outros serviços aumentando o emprego formal”.

SÃO JOÃO DA BARRA: UMA ANÁLISE DO PANORAMA SOCIAL E ECONÔMICO

A implantação da base operacional da Petrobras na região, mais precisamente na cidade de Macaé, no ano de 1977, contrariando todas as especulações de que seria na cidade de Campos dos Goytacazes¹, provocou impactos significativos sobre a organização do espaço regional, representando uma ruptura na formação histórica da estrutura produtiva, tornando-se um marco inicial de um processo de grandes mudanças na estrutura produtiva dessa região (MONIÉ, 2003). Em relação à Bacia de Campos, Monié ressalta que:

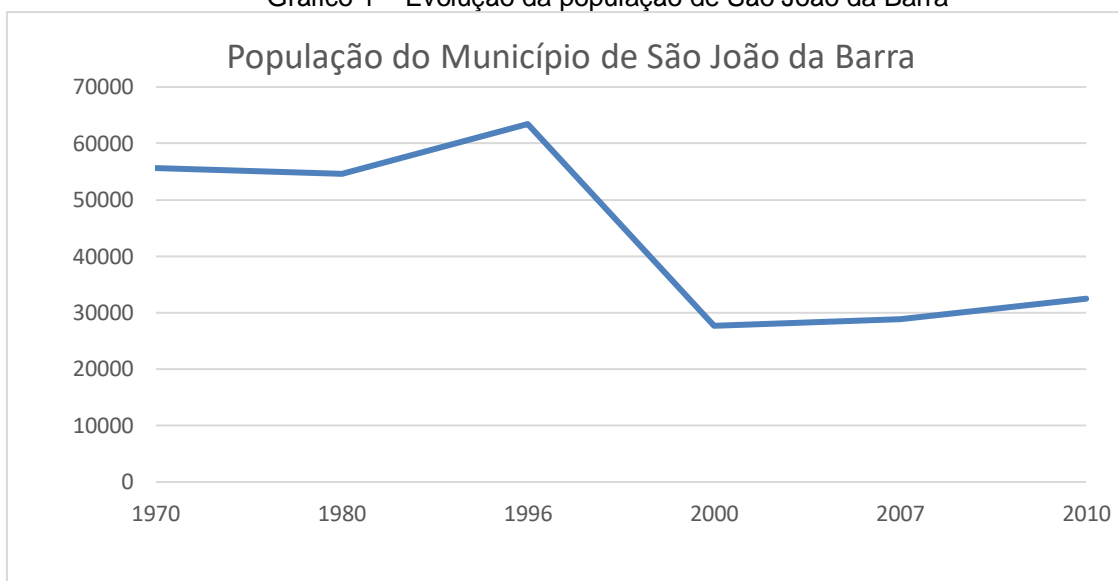
[...] o crescimento da produção de petróleo e gás natural é contemporâneo de uma retração do Estado da esfera econômica, da emergência de novas formas de regulação e da crise das políticas tradicionais de planejamento regional. [...]. No caso das atividades petrolíferas, essa mudança é portadora de novas realidades que se exprimem na distribuição, às administrações locais, de volume expressivos dos royalties do petróleo e do gás natural (2003, p. 262).

¹ Ver mais em Crespo (2003).



Partindo desse pressuposto, faz-se necessário analisar como ponto de partida o crescimento populacional de São João da Barra para correlacionar com desenvolvimento econômico e com isso a melhoria de vida da população.

Gráfico 1 – Evolução da população de São João da Barra



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2017)

De acordo com o gráfico 1 é possível verificar que a população do município de São João da Barra sofreu um declínio considerável entre 1996 e 2000 devido à emancipação do então município de São Francisco do Itabapoana. Em 2002, ano que inicia a análise deste artigo, a população ainda se mantém em nível estável após a emancipação e começa a crescer novamente a partir de 2006 influenciado pelo início das obras do Complexo Portuário do Açú.

Como pode ser observado na tabela 1, a população de São João da Barra apresenta um crescimento a partir de 2008 em termos percentuais de 5%, enquanto que no mesmo período houve um aumento significativo de 17,5% no estoque de empregos provenientes do aumento no setor de construção civil e de serviço, conforme poderá ser observado na tabela 2, devido ao início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú.



Tabela 1- Relação entre população e estoques de emprego em São João da Barra (2006-2015)

Ano	População	Emprego	%
2006	28.775	3.994	13,9
2007	28.889	4.360	15,1
2008	30.348	5.312	17,5
2009	30.595	5.715	18,7
2010	32.747	7.397	22,6
2011	33.136	8.426	25,4
2012	33.512	8.873	26,5
2013	33.951	9.891	29,1
2014	34.273	10.415	30,4
2015	34.583	10.449	30,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS (MTE) e do IBGE.(2017)

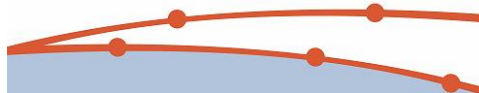
A análise estrutural dos setores do mercado de trabalho em São João da Barra, das tabelas 1 e 2 demonstra que o município possuía em 2015 uma população de 34.583 habitantes e destes, 10.449 eram trabalhadores com vínculo, o que representava nesse ano que 30,2% da população possuía registro na carteira de trabalho. A economia municipal está fortemente ligada aos setores de administração pública, serviços, construção civil e indústria de transformação que representavam no ano de 2015, 87,88% dos empregos formais no município, destes 35,70% provenientes da administração pública. Percebe-se ainda, um aumento significativo de postos de trabalho nos setores de serviços e construção civil a partir de 2007, ano em que se iniciaram as obras do porto.

Tabela 2- Estrutura setorial do emprego formal, conforme setores de atividades econômica do IBGE no município de São João da Barra (2002-2015)

	2002	%	2007	%	2015	%
1 - Extrativa mineral	4	0,13	4	0,09	214	2,05
2 - Indústria de transformação	489	15,51	467	10,71	1464	14,01
3 - Serv. industriais de utilidade pública	3	0,10	0	0,00	0	0,00
4 - Construção Civil	78	2,47	592	13,58	2068	19,79
5 - Comércio	349	11,07	478	10,96	945	9,04
6 - Serviços	294	9,33	479	10,99	1921	18,38
7 - Administração Pública	1 742	55,27	2 129	48,83	3730	35,70
8 - Agropec., ext. vegetal, caça e pesca	193	6,12	211	4,84	107	1,02
Total	3152	100	4360	100	10449	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.(2017)

No ano de 2014, conforme a tabela 3, o município apresentou o maior PIB *per capita* do estado do Rio de Janeiro no valor de R\$ 258.723,38, esse vultoso recurso esteve altamente articulado ao setor petrolífero. Os empregos tiveram um crescimento de 30,4%



fortemente impulsionados pelas oportunidades surgidas a partir da retomada das obras e início das operações no porto.

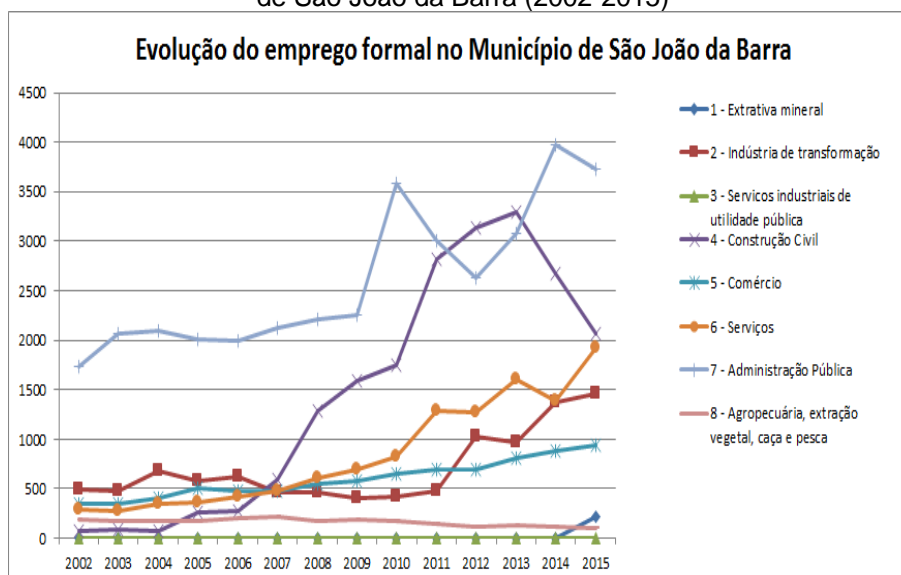
Tabela 3 - Ranking do PIB *per capita* no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014

Posição	Município	Valor (R\$)
1º	São João da Barra	258.723,38
2º	Quissamã	205.560,24
3º	Porto Real	172.606,41
4º	Armação dos Búzios	130.762,36
5º	Campos dos Goytacazes	120.693,92

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017

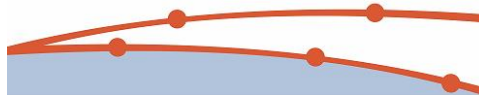
A análise estrutural dos setores do mercado de trabalho em São João da Barra, por meio das tabelas acima demonstram que o município possuía em 2015 uma população de 34.583 habitantes e destes, 10.449 eram trabalhadores com vínculo, o que representava nesse ano que 30,2% da população possuía registro na carteira de trabalho. A economia municipal está fortemente ligada aos setores de administração pública, serviços, construção civil e indústria de transformação que representavam no ano de 2015, 87,88% dos empregos formais no município, destes 35,70% provenientes da administração pública. Percebe-se ainda, um aumento significativo de postos de trabalho nos setores de serviços e construção civil a partir de 2007, ano em que se iniciaram as obras do porto.

Gráfico 2- Evolução do emprego formal nos setores de atividades econômicas no Município de São João da Barra (2002-2015)



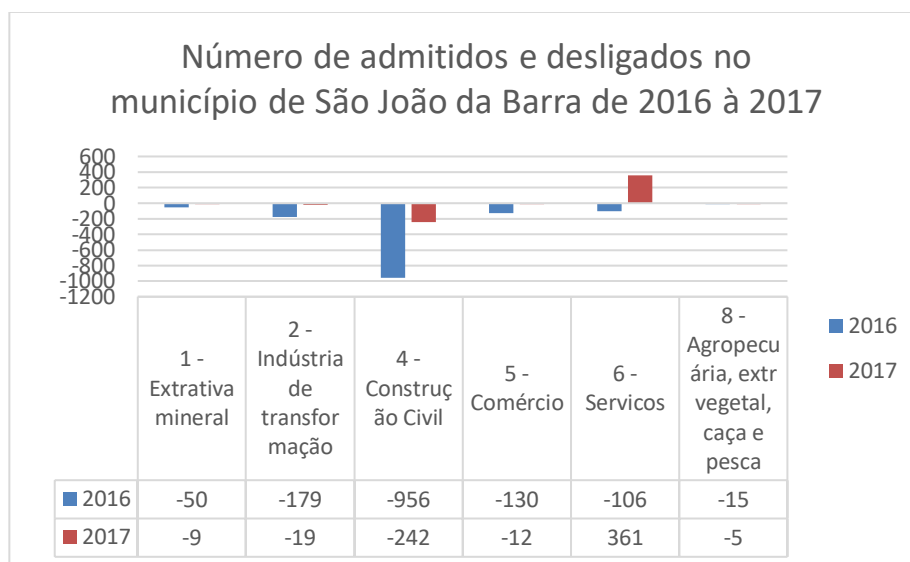
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS (MTE)

Através do gráfico 3 é possível verificar que o setor que mais apresentou baixa no emprego formal foi o de construção civil tanto em 2016 com 956 demissões quanto em 2017



com 242 demissões, em contrapartida o setor de serviços nos primeiros meses de 2017 apresentou uma contratação de 361, o que pode significar o aumento de empresas prestadoras de serviços no município em função do porto.

Gráfico 3: Variação entre admissão e demissão no emprego formal por setores do IBGE



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CAGED (janeiro de 2016 até maio de 2017).

O gráfico 4 demonstra a evolução da arrecadação das receitas de ICMS e ISSQN do município desde 2009 quando o porto ainda estava em construção e sendo administrado pelo grupo EBX. Ambos os impostos apresentaram aumento de arrecadação, porém o imposto sobre serviços desde 2009 (o TCE-RJ não disponibilizou dados anteriores a 2009) apresentou a maior evolução nesse período, principalmente entre 2011 e 2013 o que demonstra o impacto positivo da chegada do Complexo Portuário do Açú para os cofres de São João da Barra.

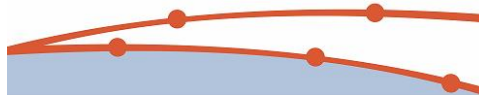
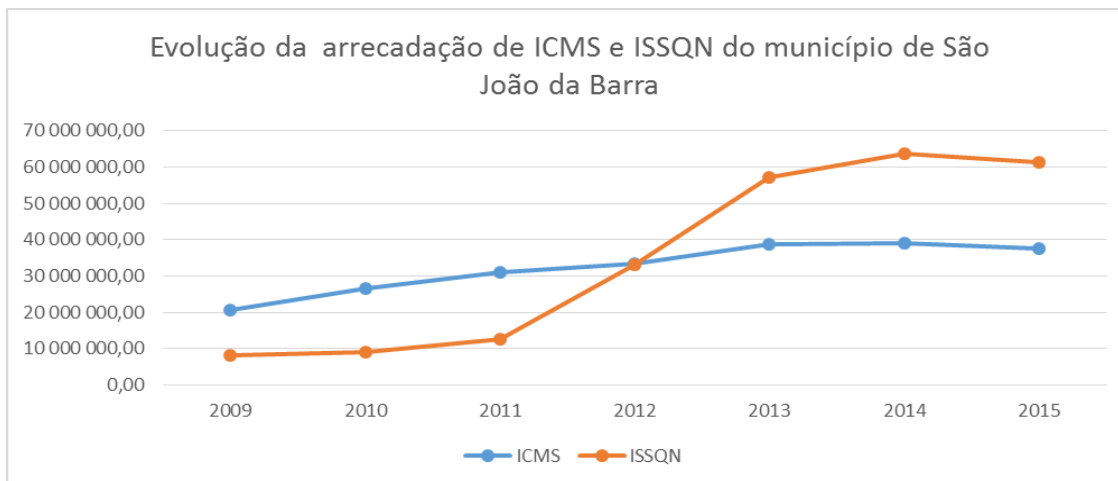


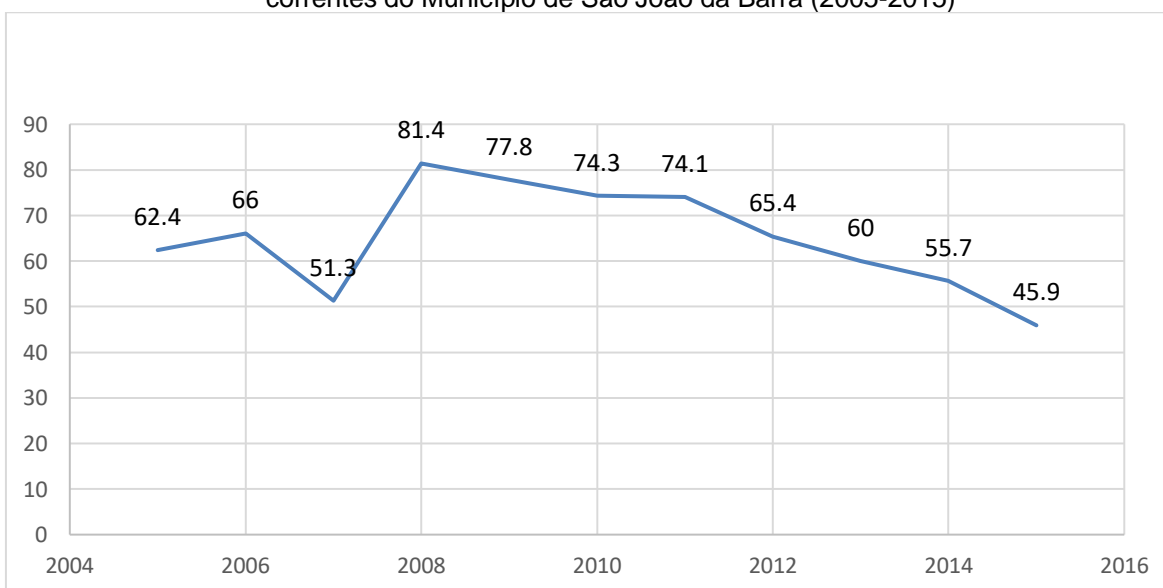
Gráfico 4 - Arrecadação de ICMS e ISSQN do município de São João da Barra (2009-2015)



Fonte: Elaboração própria através de dados extraídos do TCE RJ, 2016

Esses municípios com expressivos aportes de recursos, provenientes das atividades petrolíferas, apresentam-se completamente diferenciados da realidade brasileira ou até mesmo do restante do estado do Rio de Janeiro, sendo atrelados no dia a dia à abundância temporária de recursos, visto que o petróleo é um recurso finito, com o intuito de promoverem “níveis mais elevados de condições de vida antes de ocorrerem possíveis alterações prejudiciais aos seus interesses” (SERRA e TERRA, 2006).

Gráfico 5 - Relação da dependência das rendas petrolíferas na arrecadação das receitas correntes do Município de São João da Barra (2005-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do TCE RJ, 2016



Conforme apresentado anteriormente, no caso das finanças municipais, é nítida a dependência das rendas petrolíferas como demonstrado no gráfico 5 . A partir de 2002 pode-se observar o aumento na arrecadação de royalties e em 2003 inicia-se o recebimento de participações especiais que significaram quase o dobro da arrecadação do ano anterior.

No ano de 2007 há uma redução nesta dependência provavelmente influenciada pelo início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú e que é justificado pelo aumento da arrecadação de tributos também. Porém a partir de 2008, com o aumento significativo na arrecadação das rendas petrolíferas essa dependência torna-se muito elevada representando 81,4% do total arrecadado.

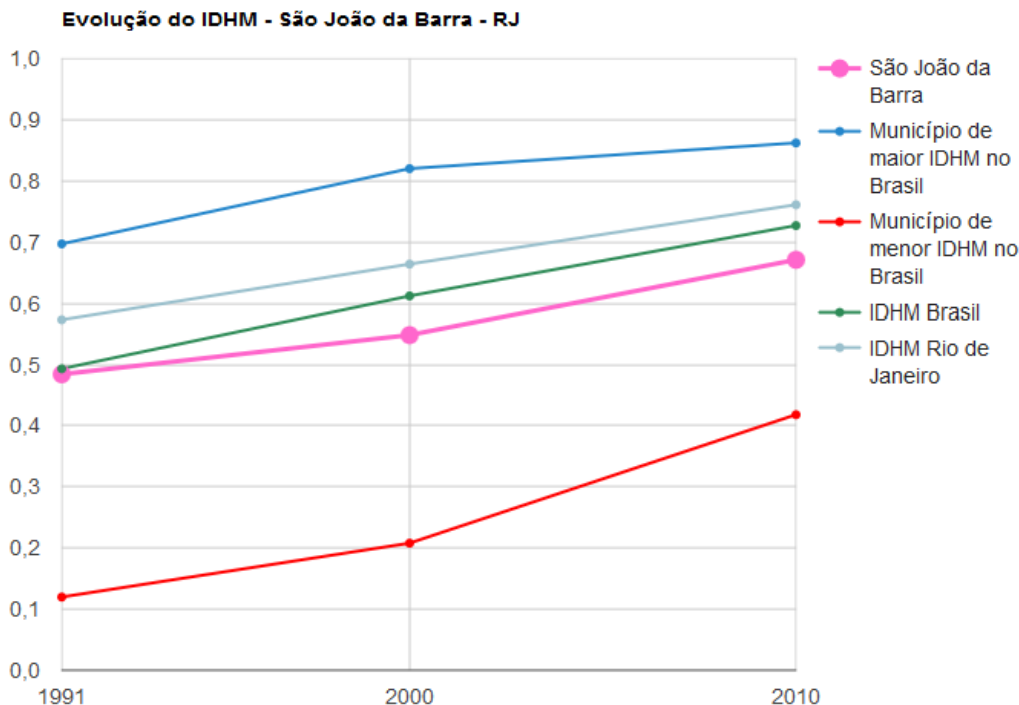
A inevitável queda de arrecadação das rendas petrolíferas a partir de 2015, devido à crise que se instalou no país a partir de 2014, o novo marco regulatório e a retomada das obras de início do funcionamento do Complexo Portuário do Açú que incentivaram o aumento de arrecadação de receita própria podem ser justificativas para os indicadores demonstrarem queda da dependência das rendas do petróleo.

Nesse sentido, é importante apresentar os indicadores sociais, aqui demonstrados pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)², que é um apontador do grau de desenvolvimento de determinado município. Pela lógica, espera-se que municípios mais ricos apresentem maior IDH-M.

² O Índice de Desenvolvimento Humano também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios, denominando-se IDH-Municipal ou IDH-M e, embora meça os mesmos fenômenos – educação, longevidade e renda –, os indicadores levados em conta não são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. A metodologia do IDH-M foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, com o apoio da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).



Figura 2- Evolução do IDHM do município de São João da Barra (1991-2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Verifica-se que essa abundância na arrecadação tem influenciado positivamente nas condições de vida da população. A tabela 4 e a figura 2 permitem identificar que os indicadores sociais apresentaram melhoras significantes no desenvolvimento social do município. O IDH-M, que é um índice que mede o desenvolvimento humano municipal através da renda, longevidade e educação, passou de 0,548 em 2000 para 0,671 em 2010 apresentando uma taxa de crescimento de 22,45%, significando que a distância entre o índice e o limite máximo de 1 foi reduzido nesse período, porém verifica-se que muito ainda precisa ser feito já que o município encontra-se abaixo do IDH-M Brasil e da média do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 4- Indicadores sociais (IDHM, e Gini) no município de São João da Barra (1991- 2010).

Ano	IDH-M	Gini
1991	0,484	0,51
2000	0,548	0,50
2010	0,671	0,48

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano e Fundação CIDE- RJ.

Através da análise do índice de Gini que mede o grau de concentração de renda e de renda *per capita*, estes apresentaram uma melhora nas últimas décadas representando uma



diminuição na desigualdade dos rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos, onde a renda per capita média cresceu 111,52% passando de R\$ 269,66 em 1991 para R\$ 570,38 em 2010. A diminuição da desigualdade de renda nesses períodos pode ser medida através do Índice de Gini, que passou de 0,51 em 1991 para 0,50 em 2000 e para 0,48 em 2010, o que significa uma melhora na desigualdade entre ricos e pobre no município de São João da Barra.

CONCLUSÕES

A Região Norte Fluminense apresentou períodos áureos e decadentes, ocasionando, assim, a estagnação de sua economia, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, em 1974, em plena crise mundial do petróleo, no auge do regime ditatorial brasileiro, começaram a crescer as especulações e a grandeza dessa descoberta, que parecia indicar o prenúncio de um grande futuro para a região (CRESPO, 2003), visto que as atividades petrolíferas estavam sendo inseridas em uma região marcada pela produção da cana de açúcar e pela pecuária bovina em franco declínio. Esse cenário desembocou em transformações rápidas e radicais na organização do território (PIQUET, 2012).

Faz-se necessário acrescentar que a atividade da indústria do petróleo na Bacia de Campos, especificamente nos municípios pertencentes à Região Norte Fluminense, produziu impactos em toda a configuração econômica e social, e essa distribuição dos royalties e sua influência nos municípios beneficiários e sendo São João da Barra município que passou por mudanças significativas nos últimos anos, o presente artigo buscou verificar se essas mudanças conseguiram melhorar os indicadores sociais e o mercado de trabalho formal nesse município.

Os resultados comprovaram a dependência orçamentária municipal em relação à arrecadação das rendas petrolíferas, porém no contexto socioeconômico houve um significativo aumento tanto no quantitativo populacional quanto no aumento de geração de empregos, ambos impulsionados pela implantação do Complexo Portuário do Açú. Porém, é preciso ressaltar que esse aumento no quantitativo de empregos foi apenas naqueles cargos que exigiam menores níveis de qualificação, como foi o caso da construção civil.

Inclusive, foi este o setor que mais foi impactado com as mudanças ocorridas na dinâmica municipal, de maneira positiva no início das obras de construção do porto e de



maneira negativa no final devido à dispensa dessa mão de obra pouco qualificada que não teria como ser absorvida para cargos que exigiam maior qualificação.

Embora índices como o IDH-M e Gini demonstrem que houve melhora no desenvolvimento humano e na renda *per capita* da população, de fato, quando observamos de perto o município de São João da Barra é possível percebermos que tanto as rendas petrolíferas quanto a chegada do Complexo Portuário do Açú pouco trouxeram de real desenvolvimento para a cidade, visto que a população continua tendo acesso a empregos que exigem menores níveis de qualificação.

Dessa forma, concluímos que, apesar de alguns índices terem melhorado, ainda não foi dessa vez que o desenvolvimento tão esperado chegou a São João da Barra. Faz-se necessário um enfoque mais articulador das dimensões econômicas e sociais do processo de desenvolvimento, retirando da concepção e do desenho de políticas sociais o alvo exclusivo dos despossuídos, o que significa dizer que são meras políticas assistencialistas das desigualdades sociais, e trabalhar uma nova concepção no que se refere a conceber políticas sociais como promotoras de desenvolvimento econômico, de emprego e de trabalho. Deste modo, o próximo subitem irá abordar a questão do desenvolvimento econômico e social como uma questão que demanda uma concepção de políticas econômicas (pensando principalmente nas prioridades dos gastos públicos no campo do bem-estar social) como parte integrante do processo de desenvolvimento social (LAMPREIA, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em <www.atlasbrasil.org.br>, acesso em 10/07/2017.

CRESPO, Nelson. E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 239-256.

CRUZ, José Luiz Vianna; PINTO, Ana Beatriz Manhães. Quissamã: um município petrorrentista. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 319-346.

CRUZ, José Luiz Vianna. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R. M.; NETO, R. S. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes: WCT Editora, 2004. p. 77-116.



CRUZ, José Luiz Vianna. **Dinâmica socioeconômica e territorial do estado do Rio de Janeiro contemporâneo**. In: Saúde e Políticas Sociais no Rio de Janeiro. GERSCHMAN, Silvia & SANTOS, Angela Moulin S. Penalva (orgs). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

CRUZ, José Luiz Vianna. **Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense 1970-2000**. In PESSANHA, R. M. e SILVA NETO, R. Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo – Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

DATAPEDIA. Disponível em <www.datapedia.info>, acesso em 07/07/2017.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.

FREITAS, Bárbara Vieira e OLIVEIRA, Elzira Lúcia. **Impactos socioeconômicos da construção do Complexo Portuário-Industrial do Açú sobre a população e o território de São João da Barra** – Revista de Geografia – PPGE – v. 1, nº 1 (2012).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em 01/07/2017.

JANNUZZI. P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**. São Paulo: Alínea Editora, 5ª Ed., 2012.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, R. (Org.) **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 257-285.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia, HENRIQUE, Gustavo e GIVISIEZ, Naves. **Mercado de trabalho formal no Norte do Rio de Janeiro: Impacto da implantação do Complexo Portuário do Açú**. - Petróleo, Royalties & Região – Inforoyalties - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano VIII, nº 30 – dezembro/2010.

PESSANHA, Roberto Moraes, FILHO, Hélio Gomes, JÚNIOR, Luiz Pinedo Quinto, NETO, Romeu e Silva, OLIVEIRA, Floriano Godinho. – **A gênese do Complexo Logístico Industrial Porto do Açú: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense** – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 10, n. 2, p. 153-181, mai-ago/2014, Taubaté, SP, Brasil

PIQUET, Rosélia, TAVARES, Érica e PESSÔA, João Monteiro. – **Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense**. - Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 201-224, jan/abr/2017.

PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V.: VILANI, R. M. (Orgs.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PIQUET, R.; TAVARES, E.; MONTEIRO, J. Perfil do emprego nos setores açucareiro e petrolífero do Norte Fluminense no período de 1970 a 2000. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 132, p.131-148, abr./jun. 2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA. Disponível em <www.sjb.rj.gov.br>, acesso em 29/06/2017.

PRUMO LOGÍSTICA. Disponível em www.prumologistica.com.br, acesso em 02/07/2017.

RANGEL, Hevilmar Carneiro. **Complexo Portuário do Açú: Impacto do Empreendimento no Município de São João da Barra**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes (UCAM), 2012

SERRA, Rodrigo. **Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobrefinanciamento das esferas de governos locais: evidência e sugestões para correção de rumo**. Disponível em: <<https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/.../anpec2005.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

_____. **Contribuições para o debate acerca da repartição dor royalties petrolíferos no Brasil**. 2005. 300 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TERRA, Denise Cunha Tavares. **Uma leitura espacial a apropriação desigual das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes**. 2007. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <www.tce.rj.gov.br>, acesso em 29/06/2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 02 out. 2016.